



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR E PROMOÇÃO
DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

FRANCISCA KLÉCIA BERNARDINO DA SILVA

**IMPACTOS DAS OBRAS HÍDRICAS NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS
POR BARRAGENS NO CEARÁ**

EUSÉBIO – CE

FEVEREIRO DE 2021

FRANCISCA KLÉCIA BERNARDINO DA SILVA

**IMPACTOS DAS OBRAS HÍDRICAS NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS
POR BARRAGENS NO CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Educação Popular e Promoção de
Territórios Saudáveis na Convivência
com o Semiárido, da Fundação Oswaldo
Cruz – Fiocruz Ceará.

Orientador: Prof. Ms. Maria de Lourdes
Vicente da Silva

EUSÉBIO – CE
FEVEREIRO DE 2021

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Escritório Técnico Fiocruz Ceará
Biblioteca Fiocruz Ceará
Gerada mediante dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586i	Silva, Francisca Klécia Bernardino da. Impactos das Obras Hídricas na Vida das Mulheres Atingidas por Barragens no Ceará. / Francisca Klécia Bernardino da Silva. – 2021. 44 f. : il. : color. Orientadora: Profa. Ms. Maria de Lourdes Vicente da Silva. TCC (Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido) – Fundação Oswaldo Cruz, Eusébio, CE, 2020. 1. Mulheres Atingidas. 2. Grandes Obras Hídricas. 3. Violações de Direitos. I. Título. CDD – 362.1068
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Catálogo elaborado pela bibliotecária Camila Victor Vitorino Holanda CRB-3 1126

FRANCISCA KLÉCIA BERNARDINO DA SILVA

IMPACTOS DAS OBRAS HÍDRICAS NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS
POR BARRAGENS NO CEARÁ

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido.

Banca Examinadora

MARIA DE LOURDES VICENTE DA SILVA
(Presidente/Orientadora) Instituto Federal do Ceará

MAYANA DE AZEVEDO DANTAS
Universidade Estadual do Ceará

NAILA SASKIA MELO ANDRADE
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Ceará

Data da Aprovação: 26 de fevereiro de 2021

EUSÉBIO – CE

AGRADECIMENTOS

Nesse embalo de aprendizagem permanente, muitos foram os que estiveram ao meu lado, contribuindo direta e indiretamente neste ciclo que está chegando ao fim. A todos esses, eu dedico a minha profunda gratidão pelo companheirismo, paciência, contribuições e ternura.

Inicialmente agradeço ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Como uma mulher atingida por barragens conheço bem esta realidade do presente estudo. Agradeço ao Movimento dos Sem Terra - MST por construir esta parceria com a Fiocruz e nos proporcionar ampliar cada vez mais nossos conhecimentos. Agradeço a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz – CE por abrir as portas da sua instituição e construir uma nova forma de ensino/aprendizado. Minha mais profunda gratidão a todos os educadores e médicos/as que contribuíram neste rico processo de troca de aprendizagem e experiência nas pessoas da nossa querida Vera Dantas (Verinha), Ana Claudia Teixeira, Ernandi Mendes e a querida Lourdes Vicente que aceitou me orientar na escrita deste trabalho contribuindo nos dados, correções, orientações e sugestões, minha profunda gratidão.

Agradeço a Mayana de Azevedo Dantas e a Naila Saskia Melo Andrade por aceitar compor examinadora do presente trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir processos de violações de direitos impostos às mulheres atingidas por barragens a partir da construção de obras hídricas no estado do Ceará. Parte-se de uma revisão bibliográfica fundamentada em pesquisas realizadas sobre a temática, seguida de visitas em campo junto às mulheres atingidas por barragens para compreender o desenvolvimento e construção de grandes obras hídricas (barragens, transposições, entre outras) em territórios camponeses, atingindo de diferentes formas, populações que não necessariamente pautam a construção das obras e/ou seriam beneficiadas com a mesma. Os ‘atingidos’ em sua maioria são camponeses/as que residem na área da abrangência de tais projetos que foram realocados/as para outras áreas, alterando a dinâmica econômica, social e política desses territórios. Ao analisar os impactos dessas grandes obras sobre os territórios e os sujeitos que vivem no campo, é possível perceber que esse padrão de desenvolvimento promove violações que atingem de forma ainda mais agravante a vida das mulheres.

Palavras-chave: MULHERES ATINGIDAS, GRANDES OBRAS HÍDRICAS, VIOLAÇÕES DE DIREITOS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMJ - Associação de Moradores de Jaguaribara

CAHTU - Comissão dos atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

CEAB – Comissão Especial “Atingidos por Barragens”

CMB - Comissão Mundial de Barragens

CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos

COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos.

CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens

DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas

IDCE - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca

MAB - Movimento dos Atingidos Por Barragens

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
1 INTRODUÇÃO	10

2 FUNDAMENTAÇÃO: “Águas para a Vida, não para a Morte” Lutas e Resistências do Movimento dos Atingidos por Barragens, MAB.....	14
2.1. <i>O MAB no Estado do Ceará</i>	16
2.2. <i>Violações de Direitos Humanos no Processo de Construção de Barragens</i>	18
2.3. <i>Os Sujeitos Atingidos Por Barragem</i>	19
2.4. <i>Mulheres Atingidas, os Sujeitos mais Violados</i>	20
3 METODOLOGIA: Caracterizações da Pesquisa	26
4 RESULTADOS: Identificação das violações aos direitos humanos	28
4.1. <i>Perfil socioeconômico das mulheres atingidas</i>	28
4.2. <i>Causas que promovem a desigualdade em comunidades de atingidos</i>	29
4.3. <i>Alternativas que visam à garantia de direitos igualitários, às mulheres neste contexto de desigualdades</i>	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
7 ANEXOS	43

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é parte da exigência para conclusão do *Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido* promovido pela Fiocruz. A partir do aprofundamento de temáticas relacionadas às lutas e resistências de movimentos sociais que atuam no campo, especialmente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o estudo busca refletir sobre as obras hídricas e seus impactos no acesso aos direitos humanos e na vida das mulheres atingidas por barragens no estado do Ceará.

O trabalho foi realizado na região do Vale do Jaguaribe, CE que geograficamente é composto por 15 municípios. No caso específico do estudo, a pesquisa ocorreu em cinco municípios da região: Jaguaretama, Jaguaribara, Alto Santo – escolhido pelo conflito em torno da Barragem do Castanhão; Iracema e Potiretama – pela construção da Barragem do Figueiredo.

Motivado pela importância desse debate dentro da academia, o presente trabalho visibiliza as lutas de mulheres atingidas por barragens, problematiza as desigualdades de gênero e propõe impulsionar as mudanças sociais essencialmente, para vida das mulheres. Neste contexto, busco discutir sobre violações de direitos imposta às mulheres atingidas por barragens e obras hídricas, entendendo a importância desse debate também, dentro da academia, para dar visibilidade as lutas das atingidas por barragens, impulsionar as mudanças sociais, questionar a desigualdade de gênero e, essencialmente, pela valorização da vida das mulheres.

No capítulo do referencial teórico trago a história e concepção do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB no Brasil e no Ceará e discuto sobre as violações de direitos humanos no processo de construção de barragens; sobre a categoria de quem são os atingidos e, mais especificamente, as mulheres atingidas como sujeitos mais violados a partir da experiência organizativa das mulheres e sua participação na luta do movimento.

O segundo capítulo traz a metodologia da pesquisa onde abordo o tipo de pesquisa, a escolha dos grupos estudados e os conflitos e territórios ao qual pertencem as mulheres da pesquisa.

O terceiro capítulo traz o resultado e as discussões com o perfil socioeconômico de mulheres atingidas por barragens e obras hídricas no Ceará; as causas que promovem a desigualdade em comunidades de atingidos por barragens no estado do Ceará e alternativas que visam a garantia de direitos igualitários, às mulheres neste contexto tão desproporcional.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, de acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), soma-se aproximadamente 1,5 milhões de pessoas atingidas diretamente pela construção de barragens no Brasil, como a perda das suas terras, da forma de produzir e de sua subsistência, da fonte de renda e perda dos laços afetivos e culturais. Os dados não levam em conta os atingidos que sofrem impactos indiretos com essas grandes obras o que corresponde a cerca de 300 mil famílias. Destas, cerca de 70% não tiveram seus direitos mínimos garantidos, fator que pode fazer que essa estatística cresça consideravelmente a cada período. (MAB, 2008);

De acordo com os estudos de Vieira (2014), no Brasil, a construção desses grandes empreendimentos, historicamente, obedeceu a uma lógica de expulsão das famílias dos seus territórios, combinada com ausência de diálogo, das “insuficientes e contraditórias mitigações sociais, situação agravada com a privatização do setor elétrico, a partir dos anos 90, onde as grandes empresas transnacionais passaram a controlar o mercado de energia” (VIEIRA, 2014, p. 33). E, assim também, como responsáveis pelas grandes obras e, negando a garantir os direitos dos atingidos e atingidas. Somando-se a isso, tem-se a ausência do Estado e governos tanto no âmbito local, estadual e/ou federal que não garantem os direitos de milhares de famílias.

Assim, essa realidade de negação é ainda mais intensificada devido à inexistência de uma política nacional que trate dos direitos dos atingidos. Sobre essa questão, no ano de 2009, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que o Estado brasileiro possuía pendências sociais e ambientais com as populações atingidas. Somente em 2010, o Decreto n. 7.342 - instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica (IPEA, 2014).

Para Oliveira (2018) o Decreto referido, “apesar de trazer uma visão um pouco mais abrangente, trata apenas das populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos, não incluindo as obras hídricas. Ademais, restringe os atingidos ao polígono do empreendimento”.

No caso específico da construção de barragens, sejam elas para produção de energia elétrica ou para acúmulo de água para abastecimento humano e irrigação; seja por iniciativa do Estado ou iniciativa privada, acumula historicamente um conjunto de

violações de direitos humanos, reconhecido inclusive pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), atual Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). O relatório final da *Comissão Especial “Atingidos por Barragens”* reconheceu a grave situação de risco da população afetada pelo desenvolvimento dos empreendimentos de barragens no país.

Vale lembrar que a história de construção, implantação e operação das barragens no Brasil versa de forma intrínseca com a história do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. Há dois momentos fundamentais no entendimento do processo histórico das barragens no Brasil que segundo Benincá (2011) “um deles refere-se à industrialização dos anos 1930 e o fomento da indústria da hidroeletricidade e um segundo para os anos da ditadura militar, onde houve uma intensificação na construção de grandes obras” gerando um conjunto de contradições para as populações drasticamente afetadas, que através de organizações regionais de atingidos construíram um movimento social nacional para discutir as suas reivindicações, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB.

De acordo com Gonçalves (2007), há uma divisão em que nos centros urbanos brasileiros se encontram as empresas estrangeiras, enquanto que o interior do Brasil o controlado por parte de empresas favoreceu o desenvolvimento da indústria da hidroeletricidade com a construção de grandes barragens para a produção de energia elétrica. No entanto, além das hidrelétricas, o Brasil também possui um grande número de barragens com outras e/ou múltiplas finalidades. São exemplos disso, as barragens de contenção de rejeitos de mineração e as barragens, comumente construídas no semiárido, de acumulação de água para múltiplos usos, tais como abastecimento de grandes centros urbanos, irrigação, navegação, entre outros.

No caso específico do semiárido, historicamente, a construção de barragens também obedece à mesma lógica de construção de grandes obras ligadas ao desenvolvimento econômico e as oligarquias regionais. Com base nessa lógica, no ano de 1909 o governo brasileiro criou a denominada Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), visando o planejamento de obras para a região. Em 1919, passou a ser denominado de Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) e posteriormente, já em 1945 de Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

Importante destacar, que os órgãos mencionados, tinham como objetivo, manter os interesses das oligarquias algodoeira-pecuária (CARVALHO *apud* LEMOS, 2013).

Por isso, não tiveram atuação efetiva com o fato de amenizar a situação de atender as necessidades de enfrentamento aos problemas híbridos vividos na região.

Um grande marco na história da construção de barragens no semiárido nordestino é a Grande Seca de 1887.

São várias as obras de historiadores e romancistas que, sensibilizados com os malefícios gerados pelas secas no Nordeste brasileiro, descrevem os flagelos causados a milhares de seres humanos, vítimas deste fenômeno da natureza, transmutado historicamente, em problema social, sendo assim agravado ou amenizado, conforme o tipo de gerenciamento dos recursos hídricos de cada local, em face dos interesses políticos intervenientes (BRAZ, 2011, p. 31).

De acordo com Braz (2011), as secas no sertão vêm sendo retratadas ao longo dos anos, por vários autores relevantes. Exemplos disso são os famosos romances: “*Vidas Secas*” de Graciliano Ramos, “*A fome*” de Rodolfo Teófilo, dentre muitos outros existentes na literatura brasileira. Especialmente nessa seca histórica de 1887, ocorreram inúmeras mortes e uma intensa imigração de flagelados. A seca durou cerca de três anos e foi motivo para que o então imperador autorizasse a construção do Açude Cedro localizado no município de Quixadá, Ceará com capacidade de 126000000 m³ (COGERH 2020).

Desde então, a lógica de construção de grandes obras hídricas no semiárido tem seguido essa premissa de “levar a água para o sertão”. No entanto, o processo acumula um conjunto de contradições, desde a ausência de estudos mais especializados até o fato de ignorar outras variáveis sociais que estão conjuntamente intrínsecas no problema das secas, tais como a estrutura agrária do Nordeste, a concentração da renda, a ausência de apoio governamental as populações vulneráveis e mesmo os interesses políticos assistencialistas que historicamente se consolidaram na região.

No desenvolvimento e implantação dessas grandes obras, o Estado brasileiro acumulou uma dívida histórica com as populações residentes nas áreas de entorno dos grandes projetos. Essas populações atingidas direta e indiretamente pela construção dos grandes lagos ficaram historicamente sem a garantia de direitos a realocação e compensação dos impactos ocasionados, muitas vezes sequer foram reconhecidas enquanto atingidos/as.

No bojo dessa grande dívida histórica acumulada, dentre as populações inteiramente silenciadas, as mulheres são as mais invisibilizadas e violentadas, fato determinado como reflexo da estrutura capitalista-patriarcal-racista, da nossa sociedade (SAFFIOTI 2013, 2015; FEDERICI, 2017). Internamente, no interior da luta dos

atingidos e atingidas, essa temática é tratada na Cartilha *‘Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular’*:

“São as mulheres atingidas, que já carregam o fardo das desigualdades de gênero nas relações patriarcais ainda persistentes na sociedade atual, que também pagam a conta pela negação de direitos, seja na perda dos laços familiares e comunitários, na susceptibilidade a violência sexual e prostituição, no acesso a água além do grande impacto psicológico, cultural na vida das atingidas” (MAB, 2015a, p. 42)

É nesse contexto de discussão sobre a construção de grandes empreendimentos e seus impactos que pontuei como objetivo de pesquisa analisar as violações de direitos imposta às mulheres atingidas por barragens e obras hídricas no Vale do Jaguaribe. Para isso, a pesquisa se propôs a traçar o perfil socioeconômico das mesmas e identificar as causas que promovem a desigualdade entre classes, em comunidades atingidas bem como conhecer a relevância das mulheres como sujeito político nas comunidades em estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO

“Águas para a Vida, não para a Morte” Lutas e Resistências do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

No Brasil, o surgimento de vários movimentos sociais que atuam no campo e na cidade ganhou força política com o fim da ditadura militar, período em que se teve o início de um regime democrático no país. Seferin (2017, p. 50) lembra dessa questão ao apontar “uma nova série de movimentos sociais possibilitados pela conjuntura de retomada da participação política nas questões nacionais”. Dentre eles, podemos citar o Movimento dos Atingidos por Barragens.

O MAB se constrói a partir da década de 1970, no contexto de um questionamento profundo sobre o modelo de desenvolvimento que estava sendo imposto a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Isso se dá, conforme afirma Viana (1990) através da nova divisão internacional do trabalho, numa configuração em que o país exporta muita energia em seus produtos, enquanto os países desenvolvidos mantêm uma relativa estabilidade energética.

A energia elétrica já desempenhava um importante papel e era central para desenvolver a produção de diferentes setores da economia. É nesse contexto que surgem as primeiras formas de resistência contra as barragens, no final da década de 70, através das “Comissões locais de atingidos”, fruto das contradições desse modelo, que não considerava as famílias atingidas e não assegurava direitos, (OLIVEIRA, 2018).

As comissões organizadas por camponeses, ribeirinhos, posseiros, meeiros, indígenas, quilombolas, dentre outros já atingidos, como também por aqueles ainda ameaçados pelas construções, visavam, por meio da luta, resistir às barragens e garantir reparação para as famílias.

A princípio, o movimento dos atingidos surgiu em resposta as situações locais e materializadas, como ocorreu em Itaipu (PR) e Itaparica (BA). Tais experiências serviram como exemplo para outras comunidades se articularem com antecedência às construções de barragens, fato que ocorreu na bacia do rio Uruguai em meados dos anos 1980. Nas localidades onde o movimento se fortalecia, havia um maior atraso ou até mesmo o cancelamento das obras (VIANNA, LEROY e TAVARES, 1990).

No Paraná, os agricultores atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu, criaram o Movimento Justiça e Terra, com a finalidade de reivindicar indenização justa

de suas propriedades (BENINCÁ, 2011). Na bacia do Rio Uruguai, em 1979, foi criada a Comissão de Barragens, contra as construções das hidrelétricas de Itá e Machadinho, mais tarde passando a ser chamada de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB).

De acordo com Benincá (2011) “a trágica situação provocada pela construção da hidrelétrica de Sobradinho (BA) provocou iniciativas para enfrentar as ameaças e impactos da barragem de Itaparica no médio São Francisco (entre a Bahia e Pernambuco)”. E assim se deu o surgimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco.

No Pará, os atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí, organizaram a Comissão dos atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU). No entendimento de Benincá, (2011, p. 84) “a experiência vivida pelos atingidos em determinada região era capitalizada como conteúdo pedagógico e político em outras regiões”. As práticas e vivências diferenciadas, serviam como inspiração e exemplo, fortalecendo a organização dos atingidos nos diferentes locais.

As Comissões foram ganhando força em cada lugar e sendo responsáveis por importantes conquistas em cada barragem/região. É dessa forma que surgem as primeiras resistências coletivas e organizadas de lutas dos atingidos pelas barragens, como novos sujeitos sociais e mais tarde acumula força para a emergência de um movimento em escala nacional, possibilitando também sua ampliação no âmbito internacional (OLIVEIRA 2018).

Com resultado das lutas desencadeadas no interior do movimento, foi realizado o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens¹⁵, no ano de 1989 em Goiânia. Ainda de acordo com OLIVEIRA (2018, p, 38) o encontro teve como finalidade analisar as lutas locais e proporcionar a troca de experiências entre os atingidos/as, bem como refletiu sobre a necessidade da criação de uma organização nacional para centralizar as lutas locais e fazer frente às grandes construções de barragens, em todo o território nacional.

Dessa forma, em 1991, ocorre o “I Congresso de Atingidos/as do Brasil”, na ocasião, o MAB se oficializa enquanto movimento nacional, de caráter autônomo e popular, com rostos, culturas e tradições regionais, formando um único corpo, articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais. No Encontro, também foi definido o 14 de Março como o dia nacional de luta contra as barragens, e sim pelos rios, pela água e pela vida, mais tarde, tornando-se em caráter internacional.

Andrioli e Nadalleti (2013) apresentam a seguinte definição do movimento:

“O MAB é um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Nossa principal forma de luta é a pressão popular. Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo. Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida”.

O MAB realizou congressos, encontros nacionais e internacionais, os quais permanecem ocorrendo periodicamente, reunindo números crescentes e significativos de atingidos. Esses momentos são importantes para o debate coletivo sobre os desafios e as respectivas propostas para os seus enfrentamentos. Durante os encontros nacionais são discutidos e determinados os próximos passos para a luta dos atingidos, a partir da análise da conjuntura política e da realidade das populações atingidas. No mês de outubro de 2017, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, o 8º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, o qual contou com a presença de aproximadamente 3.500 atingidos de todo Brasil além de militantes de organizações de 19 países. O encontro trouxe como lema: “*Água e Energia com Soberania, Distribuição da Riqueza e Controle Popular*” (MAB, 2017).

2.1. O MAB no estado do Ceará

Um dos conflitos mais recentes envolvendo a construção de barragens na história do Ceará se deu com o início do projeto de construção da Barragem do Castanhão na antiga cidade denominada Jaguaribara durante os anos de 1980 que culminou com a expulsão de milhares de famílias atingidas pelo conflito em meados dos anos 1990. As primeiras reuniões voltadas para a comunidade sobre a barragem do Castanhão foram organizadas, no município de Jaguaribara, pela Igreja Católica local com vínculo com a Congregação Filhas do Imaculado Coração de Maria, que atuava na região desde 1979 promovendo a fundação da Associação de Moradores de Jaguaribara (AMJ).

Em 1985, um pequeno grupo da comunidade visitou a barragem de Sobradinho (BA/PE), que provocou deslocamento forçado de 72 mil pessoas e a barragem de Itaparica, em Petrolândia (PE), responsável pelo deslocamento de 40 mil pessoas. Nessa oportunidade, houve trocas de experiências com representantes do Pólo

Sindical do Sub-Médio São Francisco e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que, em 1990 e 1993, chegaram a visitar Jaguaribara (ARAÚJO, 2006).

Destaca-se como um ponto de interseção inicial da comunidade de Jaguaribara com o MAB a participação de atingidos desta localidade nos seguintes eventos: I Encontro Regional de Atingidos por Barragens, em fevereiro de 1989, em Igarassu (PE); no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em março de 1989, em Goiânia; no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1991; no II Encontro Regional de Atingidos por Barragens, em Iguatu (CE), em 1994, e no Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, em março de 1997, em Curitiba.

E logo muitos passaram por um processo de auto identificação com a luta do MAB, e como consequência, também foram reconhecidos coletivamente como MAB, adotando certas metodologias organizativas, como a do enfrentamento político. No entanto, é preciso esclarecer que o fato de uma organização ser apoiada pelo MAB não implica que ela seja ou deva ser transformada em MAB. Como exemplo, cito a Associação de Moradores de Jaguaribara, apoiada pelo MAB, e não sendo o próprio MAB como representação de movimento social.

Desta forma o MAB surgiu como movimento social atuante na comunidade do Castanhão, nos idos de 1998, quando ainda grande parte dos reassentamentos rurais não existiam, apesar do alto percentual de atingidos de áreas rurais (cerca de 60%). Nesse período, a mobilização popular desses grupos encontrava-se praticamente nula, sobretudo considerando-se os municípios de Alto Santo, São João do Jaguaribe e Jaguaretama. Assim, o empenho do MAB foi, primeiramente, ater-se as demandas sociais das áreas rurais de todos os quatro municípios afetados convergindo-os para um encaminhamento políticos.

Mesmo com forte resistência, a construção do Castanhão foi iniciada em 1995 durante o governo de Tasso Jereissati. A operação da obra ficou dividida entre o Governo Federal e Governo Estadual. O reassentamento da população rural ficou na responsabilidade do Governo Estadual, a cargo do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDCE), (LIMA, 2007).

De lá pra cá, outros empreendimentos foram construídos e/ou estão em fase de licenciamento de instalação, operação e de funcionamento, gerando incertezas para muitos sujeitos que hoje vivem no campo cearense. As estratégias utilizadas são as mesmas mudando apenas o território geográfico com mudanças nos objetivos/fim de cada empreendimento. Trazem no seu bojo, processos que violam direitos no âmbito ambiental, humano e de saúde.

2.2. Violações de direitos humanos no processo de construção de barragens

O ideário de progresso que são as bases justificáveis de construção de barragens somente passou a ser questionado quando os atores sociais atingidos passaram a denunciar as violações de direitos humanos em que eram submetidos.

Em 2010, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aprovou o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” que investigou o padrão de violações de direitos humanos em um conjunto de barragens no Brasil.

No relatório consta que

“durante os trabalhos da comissão ficaram evidentes a relevância e magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens nos casos estudados. Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2010).

Nesse documento são identificados 16 direitos humanos das populações atingidas que são sistematicamente violados. São eles:

1. *Direito a informação e a participação;*
2. *Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;*
3. *Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;*
4. *Direito a moradia adequada;*
5. *Direito a educação;*
6. *Direito a um ambiente saudável e a saúde;*
7. *Direito a melhoria contínua das condições de vida;*
8. *Direito à plena reparação de perdas;*

9. *Direito a justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;*
10. *Direito de ir e vir;*
11. *Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;*
12. *Direito dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;*
13. *Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;*
14. *Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;*
15. *Direito de reparação por perdas passadas;*
16. *Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou convivência comunitária.*

Um dos principais fatores que ocasionam as violações dos direitos, como já foi citado, é a ausência de instrumentos legais que possibilitem aos atingidos por barragens a garantia dos seus direitos. Essa é a questão central de toda essa problemática aliada ao questionamento do modelo de desenvolvimento energético feito pelos movimentos sociais a partir de suas ações políticas e de proposição de um modelo contra hegemônico que aponte a soberania energética para o Brasil.

2.3. O sujeito 'atingido' por barragem

A lógica de desenvolvimento e construção de grandes obras hídricas (barragens, transposições, entre outras) foi amparada historicamente no Brasil como uma questão de interesse nacional. Esse ideário dificultou no processo histórico o reconhecimento de que nas áreas onde se desenvolviam esses grandes projetos, haviam também populações que não necessariamente pautavam a construção das obras e/ou seriam beneficiadas com a mesma. Nesse sentido, é que surge o sujeito *atingido por barragem*.

O próprio conceito de atingido é fator de muitas polêmicas e de disputas. Ademais, podemos dizer que envolve aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Essa compreensão é destacada para Vainer (2005) em que é necessário

Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa.

Em sua maioria camponeses/as, os atingidos por barragens e obras hídricas são as populações residentes na área de abrangência de tais projetos que passam a ser obrigadas a se realocarem para outras áreas. No entanto, uma grande obra hídrica, como uma barragem, altera a dinâmica econômica, social e política de toda uma região e muitas vezes de todo um Estado. Nesse sentido, os atingidos por barragens e obras hídricas são as populações que direta ou indiretamente são impactados com a alteração das suas dinâmicas de vida devido a construção e operação de tais obras.

Considera-se nesse sentido que além do impacto material (perda da casa, moradias, realocação de comunidades, cidades, entre outras), tais obras ocasionam impactos de ordem emocional, imaterial e psicológica, pois agem alterando a vida comunitária, costumes, laços sociais e culturais e históricos de comunidades e regiões.

A Comissão Mundial de Barragens (CMB), abarca uma definição mais ampla de atingido.

Em sentido estrito, deslocamento resulta do deslocamento físico de pessoas que vivem na área do reservatório ou do projeto. Isso ocorre não apenas pelo enchimento do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infraestrutura do projeto. Contudo, o alagamento de terras e alteração do ecossistema dos rios – seja a jusante ou a montante da barragem – também afeta os recursos disponíveis nessas áreas – assim como atividades produtivas. [...] Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações – em um sentido mais amplo – do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida (AZEVEDO; FERNANDES, 2016, p. 432).

A CMB considera, além dos deslocamentos físicos, o deslocamento dos modos de vida. O lago pode comprometer, seja a jusante ou a montante, os modos de vida e atividades produtivas, privando os atingidos e por isso o termo deve ser utilizado para designar uma ou outra situação.

2.4 Mulheres atingidas, os sujeitos mais violados

Para compreender e analisar o processo de grandes obras e violações de direitos, problematizando a condição das mulheres atingidas, se faz necessário colocar as lentes sobre o contexto socioeconômico ao qual estamos inseridas que se fundamenta nas contradições existentes entre as relações sociais, como destaca o pensamento de Silvia

Federici (2017) em seus estudos.. Assim, a aliança entre o sistema capitalista e o patriarcado, assim como raça e etnia (porém, esse não é o foco do estudo em questão) são categorias fundantes dessa análise porque trazem à tona a necessidade de pensar a interligação dessa aliança perpassando as diferentes dimensões da vida e trabalho das mulheres no campo.

Sobre o patriarcado, Ferreira (2016) aponta que o modelo de sistema patriarcado é um sistema social em que o homem é a figura principal da organização, o que lhe confere direitos e autoridades sobre as mulheres, os filhos, os bens materiais e culturais. Outro aspecto importante contido nos estudos de Saffioti (1987), a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. Nesse bojo de discussão se percebe como se dá a constituição da opressão, especialmente de gênero.

As hipóteses sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero (CISNE *apud* PISCITELLI, 2012, p. 77).

De acordo com Cisne (2012), os estudos de gênero surgem entre as décadas de 1970 e 1980, numa perspectiva acadêmica. Feministas francesas como Simone de Beauvoir e a norte-americana Joan Scott contribuíram com essa produção teórica no intuito de fazer elaborações em que pudessem resgatar a história e a participação das mulheres.

Essa perspectiva tem como objetivo desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisando-as como construções sociais, determinadas pelas e nas relações sociais. Daí que se parte do pressuposto de que, a teoria marxista nos possibilita refutar o conservadorismo ao analisar criticamente a situação das mulheres na sociabilidade capitalista e a subordinação das mesmas. Assim, partilhamos do pensamento de Scott (1989), citada por Bezerra (2018) ao analisar que existem desigualdades entre homens e mulheres, portanto, gênero é uma construção social do que é ser homem e ser mulher. Ainda de acordo com BZZERRA (P 47, 2018), Saffioti também vai trazer em suas análises o conceito de gênero como relações construídas socialmente, logo refutando a dicotomia entre natureza e cultura.

É com esse entendimento que o MAB vem discutindo as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres atingidas, por entender que a subordinação das mulheres tem início com a propriedade privada, ficando muito evidente quando chegam os empreendimentos hidrelétricos, obras hídricas e barragens nas regiões. Desse modo, o Movimento possui como uma de suas intencionalidades, contribuir com a formação das mulheres como “sujeitas ativas do processo político e organizativo do movimento” para viabilizar “a emancipação e auto-organização das mulheres [...]” (MAB, 2015a, p. 47) o que proporciona mais espaço de atuação e militância feminina, estimula a problematização das relações de gênero dentro dos lares e comunidades, promovendo o fortalecimento do Movimento na luta contra hegemônica.

O primeiro Encontro Nacional das Atingidas aconteceu no ano de 2011, em Brasília, contou com a presença de mais de 500 representantes de 16 estados brasileiros, além da participação de representantes de movimentos sociais nacionais e internacionais. O qual teve como tema “*Mulheres em luta por direitos e pela construção de um novo projeto energético popular*”, debatendo o atual modelo energético e as consequências da construção das barragens na vida das mulheres. A partir disso, também havia como objetivo, denunciar à sociedade a violação de direitos humanos sofrida pelas mulheres atingidas durante esses processos (MAB, 2011a).

Durante o Encontro, foi lançado o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH, o qual registra oficialmente que as mulheres são a parcela da população mais atingida. Fundamentadas nisso e compreendendo que, para além da luta contra o modelo de desenvolvimento, é necessário considerar as suas reivindicações específicas, foi criado o Coletivo Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, buscando assim, uma maior mobilização e politização das mulheres atingidas (ERTZOGUE, 2016).

O Encontro contribuiu com a tomada de consciência pautada na luta, tanto contra o modelo energético, quanto por mais espaço e reconhecimento dentro do Movimento sobre as lutas específicas das mulheres atingidas (MAB, 2011a). Outro importante fruto foi a *Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB*, na qual as atingidas de 16 estados brasileiros e da Argentina, Paraguai e México, denunciam as formas materiais e imateriais as quais são afetadas pelo modelo de sociedade e o atual modelo energético ao afirmarem no texto que:

Não há reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; pela perda do trabalho e da renda; pela ausência das mulheres nos espaços

deliberativos; Pela não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano; A forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres; ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas; perda dos vínculos com a comunidade; perda e quebra dos laços familiares; agravamento da violência sexual e da prostituição (MAB, 2015a, p. 42).

As formas como elas são tratadas pela empresa, pelo Estado e pela sociedade em geral é demarcada nesse depoimento em que a interlocutora, ao ser questionada sobre a possível existência de diferença entre ser homem ou mulher atingida, nos reportando os seguintes elementos:

O homem atingido, geralmente é considerado o sujeito, por que quando os técnicos das empresas chegam para solicitar qualquer coisa, procura pelo chefe da família, ele quem é procurado para ir nas reuniões, pra escutar as propostas que a empresa apresenta. Eles quem ficam com as informações, eles quem decidem o que fazer. Nós mulheres ficamos em casa cuidando da produção, da família, de todos os afazeres. (depoimento de Lírio, 31 anos: in BZZERRA, 2018, p. 47)

Isso nos reporta a ideia de que não é levado em consideração o papel que as mulheres cumprem na propriedade e nas suas casas, pois são elas que estão no dia-a-dia cultivando e semeando as hortaliças, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos e ainda se ocupam dos espaços coletivos da comunidade, como espaços de reunião e da igreja as quais são responsáveis pela limpeza, ornamentação, fazer comidas e servir em dias de festas, funções que continuam se resumindo ao âmbito do cuidado.

A *Carta* propõe ainda: a organização de todas(os) trabalhadoras(es); a continuidade do avanço nos espaços de formação; o estímulo ao protagonismo das mulheres e a construção de uma unidade da classe trabalhadora com os povos da América Latina. Desde então, o Coletivo Nacional de Mulheres Atingidas por Barragens vem atuando nos territórios com trabalhos de mobilização, processos de formação, onde, a partir de estratégias do Movimento, as mulheres são incentivadas a participarem do MAB e qualificam a sua formação política. (MAB, 2011b)

Como resultado desta luta e resistência, o MAB possui uma política de representatividade, para que as lideranças sejam permanentemente uma mulher, um homem e um jovem. Em algumas regiões, como no Nordeste brasileiro, as mulheres estão na linha de frente do Movimento, acontecendo de ter territórios onde a coordenação é composta apenas por mulheres, onde ainda, as mulheres são a maioria nas plenárias e nos grupos de base.

Outra forma de resistência e de luta das mulheres atingidas por barragens é a participação no projeto: *Arpillera*. *Arpillera* é uma antiga técnica têxtil e folclórica chilena nascida em Isla Negra, na qual as mulheres utilizam como tela pedaços de saco de juta – *arpillera* em espanhol – e bordam com retalhos, lãs e linhas coloridas, além de bonecas preenchidas com tecido que dão forma e relevo a arte (MAB, 2015a, p. 48).

De acordo com Fernandes (2018, p 26), na ditadura vivida no Chile as mães, as esposas, as filhas e as irmãs que se tornaram órfãs dos presos políticos desaparecidos assim como outras na América Latina, buscando alternativas para a crise econômica e principalmente para apaziguar a dor, tais ferramentas materiais e imateriais, e, em forma das mulheres realizaram o registro – histórico e artístico – da violação de direitos imposta a toda população chilena durante o regime ditatorial e, dessa forma, surgiram espontaneamente as primeiras *arpilleras* políticas.

Agosín (2008) explana que nesse momento nasce uma estratégia alternativa que além de impulsionar o enfrentamento à ditadura militar com suas denúncias e histórias bordadas, promovia o repensar acerca dos direitos humanos e da posição das mulheres como agentes políticas. As *arpilleras* surgiram como a voz de uma sociedade calada de forma autoritária.

A coordenadora do MAB, Neudicléia de Oliveira (*apud* WEIMANN, 2015), explica que o resgate da técnica chilena, realizado pelas mais de 100 oficinas oferecidas pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, alcançou mais de 900 mulheres atingidas de 14 estados brasileiros, entre os anos de 2013-2015.

Sobre a contribuição do bordado coletivo para a vida das mulheres as *arpillera* é uma forma de assistência ao processo de empoderamento vivido por elas. A militante reflete sobre “a resignificação do papel da costura na vida das mulheres” proporcionado pela transformação do bordado, anteriormente “forma de subsistência (...) agora ferramenta de luta”. O debate sobre os conflitos vividos pelas mulheres, proporcionado pelas oficinas de produção coletiva das *arpilleras*, assim como o seu caráter político, são elucidados por Neudicléia de Oliveira, ao afirmar que “na guerra das barragens, o bordado virou arma política” (NEUDICLEIA, MAB 2015).

Inicialmente foi produzido o acervo *bordado* pelo Coletivo de mulheres do MAB foi exposto no Memorial da América Latina, em São Paulo, na mostra internacional “*Arpilleras – bordando a resistência*”. A exposição foi dividida em duas sessões, a primeira, batizada “Atingidas por Barragens: Costurando os Direitos Humanos”, apresenta 25 *arpilleras* que simbolizam a “transformação de vítima à defensora dos

direitos humanos”. A segunda sessão conta com a coleção *Conflict Textiles*, a qual exhibe 12 instrumentos de resistência de mulheres chilenas, peruanas e europeias FERNANDES (2018), (EXPOSIÇÃO, 2015).

Como a exposição das *Arpilleras*, foi alcançado um objetivo ainda maior do que se planejava de “denunciar à sociedade brasileira e internacional a violação de direitos das mulheres que foram atingidas por empreendimentos hidroelétricos no Brasil, especialmente” foi produzido um documentário para contar as histórias de vida, de luta e resistência, bordadas nas *arpilleras* brasileiras. O documentário, regado a uma rara sensibilidade, retrata o protagonismo das mulheres – as quais são as mais atingidas – na luta por direitos, por elas, por suas famílias e por suas comunidades, afirmando o que é comum às mulheres atingidas ao tempo que revela as suas histórias singulares. O documentário *Arpilleras – bordando a resistência*, sob direção da jornalista catarinense Adriane Canan, foi financiado coletivamente através da plataforma *online Cartase*. O documentário¹ teve sua estreia realizada com a presença de aproximadamente 400 pessoas no Cine Odeon, Rio de Janeiro-RJ, no dia 29 de agosto de 2017. Foi lançado em outras cidades do Brasil, como, por exemplo, Florianópolis e São Paulo, seguindo em lançamento por outras capitais brasileiras. No Ceará, o documentário foi lançado em 28 de abril de 2018, no Cineteatro São Luís, em Fortaleza.

E assim as mulheres atingidas por barragens seguem resistindo, lutando e bordando suas reivindicações por direitos e justiça diante de tantas violações sofridas pela implementação destas grandes obras hídricas onde na guerra das barragens, o bordado virou ‘arma política’.

É nesse contexto de luta e organização política das mulheres que tracei os objetivos e passos da pesquisa para refletir sobre as obras hídricas suas violações e seus impactos na vida das mulheres atingidas. Isso para pensar sobre as causas que promovem a desigualdade em comunidades de atingidos por barragens no Ceará e as alternativas que visam a garantia de direitos igualitários às mulheres neste contexto de desigualdades.

METODOLOGIA: Caracterizações da pesquisa

A perspectiva metodológica definida nessa pesquisa é de natureza dialética; passa pela articulação entre o conhecimento e os saberes populares e tem sua base pautada no campo dos estudos feministas. De acordo com Sadenberg (2006), as pedagogias feministas compreendem as pedagogias críticas e libertadoras que visam contribuir com o processo de *empoderamento* e libertação das mulheres. A autora as define como “conjunto de teorias e práticas educativas e de aprendizado” que entusiasma um processo de consciência crítica, onde esse propicia ações coletivas e transformadoras.

Citando Oakley (1998 *apud* SARDENBERG, 2002, p. 89), a autora reflete que a produção de um conhecimento feminista não se refere apenas aos saberes sobre as ou realizado por mulheres, mas sim, a construção de um conhecimento que seja “também de relevância para as mulheres e as suas (nossas) lutas”. Destacando que a partir das pedagogias feministas o conhecimento é construído coletivamente.

Similarmente, Silva (2010) comenta a respeito da construção coletiva do saber, para uma educação emancipatória e libertária. Sobre as análises, essas devem estar enlaçadas ao contexto no qual as mulheres estão inseridas. Para isso, as próprias mulheres devem protagonizar as falas sobre as suas experiências do ser mulher, assim como, as percepções que possuem sobre as mulheres de forma ampla e social.

Circunstância da pesquisa posta, para realizá-la, alicerço-me aos saberes compartilhados em “um conhecimento historicamente situado” nutrindo como “objetivo a emancipação das mulheres” (SANTOS, 2016, p. 14). Para isso, sou conduzida pelas vivências e experiências das ‘mulheres atingidas’ a partir da teoria e da prática, para a construção de uma metodologia que dialogue com a investigação e a produção de conhecimento feminista.

Envolvendo a prevalência da abordagem qualitativa, mas também com a presença da quantitativa, esse trabalho segue métodos que combinam instrumentos e técnicas de pesquisa como observação participante, pesquisa ação, roda de conversa, encontro regional e aplicação de questionário visando compreender, pelo menos em parte, a riqueza da realidade social investigada. Para isso, parto do protagonismo dos sujeitos sociais participantes da pesquisa, procurando abraçar a pluralidade das suas vivências e (re)existências que refletem o comum à categoria mulheres e à mulher atingida, ao mesmo tempo que destacam as singularidades de cada ser. Assim, busco considerar o individual ao tempo que abordamos o coletivo das mulheres atingidas por

barragens. A presente pesquisa está inserida no contexto do projeto '*Identificação das Mulheres Atingidas por Obras Hídricas - Barragens e Transposição no Estado do Ceará.*'

O Projeto surgiu a partir de uma demanda das mulheres do MAB, através de um termo firmado com extinto com Instituto Agropolos, com vigência de setembro de 2018 a março de 2019. Teve como sujeito as mulheres atingidas e/ou ameaçadas por grandes empreendimentos na região estados do Ceará.

Do universo de mulheres participantes, do projeto, selecionei para o presente trabalho, teve como estudo de caso a situação de 223 mulheres atingidas pelas Barragens do Castanhão (Alto Santo/Jaguaribara/Jaguaribe) e do Figueiredo (Iracema/Potiretama) as quais atingiram de forma direta e indireta mulheres desses municípios.

Para organização do trabalho de campo, levou-se em consideração os objetivos de traçar o perfil socioeconômico de mulheres atingidas por barragens e obras hídricas no Ceará; identificar as causas que promovem a desigualdade entre gêneros, em comunidades de atingidos por barragens no estado do Ceará; conhecer a relevância do gênero feminino nas comunidades em estudo; propor alternativas que visem a garantia de direitos igualitários, às mulheres neste contexto de desigualdades.

Para alcançar o objetivo de identificação das violações, a pesquisa foi dividida em dois momentos: o primeiro iniciou-se os processos de sensibilização, mobilização, visitas às unidades familiares em comunidades. Um segundo momento foi realizado um encontro com as mulheres em comunidades nas cidades de Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Iracema e Potiretama.

Outro passo metodológico foi o '*Diagnóstico Social*' da vida e experiências das mulheres agricultoras de territórios atingidos/ameaçados por barragens ou grandes empreendimentos. Para o qual, foi aplicado um questionário semiestruturado que pode ser visualizado no ANEXO I que contém 06 questões.

A aplicação dos questionários foi realizada de forma coletiva por uma equipe de militantes da qual fiz parte como pesquisadora e ocorreu durante as reuniões que aconteceram em cada comunidade.

Também foi feita 'roda de conversação' com as mulheres onde as deixamos bem a vontade para relatar o cotidiano e como foi todo o processo da construção das barragens em suas vida. E, ao escutar e observar as participantes, chegamos ao resultados descritos neste trabalho.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS VIOLADOS

Apresento neste capítulo, a sistematização dos dados e reflexão iniciais que nos permite identificar diferentes formas de violações sofridas por mulheres atingidas que sofrem impactos diretos dos empreendimentos.

4.1. Perfil socioeconômico de mulheres atingidas por barragens e obras hídricas no Ceará

Inicialmente, sobre o perfil de cada participante pode-se observar os diferentes lugares, atuações e afazeres que desenvolvem:

São mulheres numa faixa etária de 30 a 40 anos de idade, não desenvolvem nenhuma atividade monetária específica, sobrevivem dos benefícios do governo federal (bolsa família) e municipal, e não têm perspectiva de mudança e ou melhora das condições em que vivem no município de Jaguaribe na Sede.

São mulheres camponesas que sofreram e sofrem ao longo de suas vidas uma série de violações que foram agravadas pela construção das obras, são domésticas em sua maioria, cuidam da casa e dos filhos e trabalham juntamente com seus companheiros nos roçados e plantações, recebem benefício social do governo, e controla o orçamento familiar, não apresentam perspectiva de mudança de vida e não se reconhecem enquanto sujeito de direito.

As mulheres vivem de subempregos e ou empregos informais (diarista, faxineira, costureira, atendente, etc.).

As atingidas pela Barragem do Figueiredo são mulheres camponesas, que realizam os processos organizativos da comunidade, associações, igrejas e grupos de artesanato, contudo são invisibilizadas nos processos de discussão com o Estado, o que se constata a cultura patriarcal presente na região. Executam as atividades do lar, cuidam da família e do orçamento familiar trabalham juntamente com seus companheiros nas atividades agropecuárias acreditam no processo organizativo e na necessidade de se combater as formas de violência que subjagam as mulheres. Esperam melhorias para seus filhos e para comunidade.

As atingidas pela Barragem do Castanhão em sua maioria assim como as atingidas pela Barragem do Figueiredo, estão à frente das instituições e grupos comunitários, em sua maioria trabalham ajudando os companheiros no trabalho com a terra e a criação de animais (vacas, galinha, ovelha, cabras), ajudando na produção de queijo, cuidando da

casa e dos filhos. Acessam os benefícios sociais do governo federal, mesmo de forma precarizada. Sofrem com a falta d'água em épocas de escassez. Esperam por melhorias para suas famílias e comunidades e valorizam a convivência em comunidade.

Em algumas comunidades as mulheres atingidas pela Barragem do Castanhão se organizam para executar projetos de geração de renda, como forma de complemento da renda familiar, reivindicam mais apoio e novos projetos, e buscam sua autonomia financeira e acesso as políticas públicas básicas (saúde, educação...).

As mulheres identificadas nos municípios e comunidades citados acima são mulheres em idade produtiva de 30 a 40 anos, com baixa escolaridade, que assumem a organização da família, cuidam dos filhos e ajudam seus companheiros nas tarefas da agricultura, embora nessa região a atividade da agricultura seja bem menos desenvolvida em comparação com a região do Castanhão por motivo das famílias não terem terra própria para trabalhar. As mulheres atingidas em sua maioria acessam os programas sociais do governo federal, e trabalham de forma informal e precária numa atividade conhecida na região como facções, que consiste na atividade de corte e costura de confecções em geral. Nesse tipo de atividade ganham um valor irrisório por cada peça confeccionada, e toda produção e lucro fica pro dono (a) dos meios de produção (matéria prima e maquinas), contanto tal atividade não proporciona autonomia financeira mas sim fortalecem a exploração das mulheres atingidas.

4.2. Causas que promovem a desigualdade em comunidades de atingidos por barragens no estado do Ceará

Para análise e reflexão das violações, organizei em forma de quadro (tendo como informação o município das mulheres, as comunidades onde vivem), as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres na atualidade e a síntese dos direitos violados (QUADRO 1). Vale lembrar que a presente identificação de violações foi feita a partir de reuniões coletivas, escuta aprofundada e observação participante em visitas nas comunidades atingidas por obras hídricas abaixo citadas.

QUADRO I – PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES E SEUS RESPECTIVOS DIREITOS VIOLADOS

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES NA COMUNIDADE	DIREITOS HUMANOS VIOLADOS
-----------	------------	------------------------------------------------------------------	---------------------------

Iracema	Vila São José	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentam dificuldades socioeconômicas, principalmente por ainda não disporem de terra para produção, além da não conclusão e/ou da precariedade dos equipamentos sociais da comunidade, o que dificulta consideravelmente a reconstrução sócio produtiva local. As famílias também enfrentam dificuldades quanto a perda dos laços comunitários e sociais impactados com a construção da barragem Figueiredo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a terra - Direito a água - Direito a melhoria das condições de vida - Direito a vida comunitária - Direito ao crédito, a assistência técnica e extensão rural -Direito Humano à Alimentação Adequada
Iracema	Boa Esperança	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentam dificuldades quanto a reconstrução dos laços sociais e comunitários, relatando dificuldades de adaptação a nova comunidade para onde foram reassentados; - Enfrentam dificuldades quanto a atividades de geração de renda, sendo a fonte de renda principal os programas sociais governamentais. As mulheres da comunidade desenvolvem atividades de artesanatos e produção de pequenos animais, enquanto a maioria dos homens desenvolvem atividades informais em diárias por serviços ocasionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a terra - Direito a saúde - Direito a educação - Direito a água - Direito a melhoria das condições de vida - Direito a vida comunitária - Direito ao crédito, a assistência técnica e extensão rural
Potiretama	Lapa	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentam dificuldades de ordem sociocultural e econômica, principalmente no que diz respeito ao lazer, estudo e trabalho para seus filhos que estão ociosos na comunidade, relatam também a necessidade de incentivo a atividades de geração de renda para estímulo a autonomia financeira das mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a cultura e lazer - Direito de acesso a políticas públicas
Alto Santo	Caroba	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentam dificuldades de ordem econômica 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a terra e condições de

		<p>e produtiva, já que a terra que tem disponíveis não apresenta boas características de fertilidade e também pela falta de acesso a água.</p> <p>- Enfrentam dificuldades quanto a qualidade de vida e saúde, já que a comunidade não dispõe de equipamentos sociais, tais como posto de saúde.</p>	<p>produção adequadas;</p> <p>- Direito a saúde e a qualidade de vida;</p>
Jaguaretama	Agrofátima	<p>- Enfrentam dificuldades no que diz respeito a geração de renda, que por sua vez as condicionam a dependência financeira.</p>	<p>- Direito a melhoria das condições de vida;</p> <p>- Direito ao acesso a políticas públicas</p>
Jaguaribara	Sossego de Contendas	<p>- Enfrentam dificuldades no que diz respeito a geração de renda e autonomia financeira;</p> <p>- Enfrentam dificuldades quanto ao reconhecimento do trabalho que desenvolvem, relatando intensas jornadas de trabalho com o trabalho doméstico, mas também atividades econômicas como a criação de animais (ovinos, caprinos e bovinos), atividade comum na comunidade.</p>	<p>- Direito a melhoria das condições de vida;</p> <p>- Direito de acesso a políticas públicas;</p> <p>- Direito ao crédito, assistência técnica e extensão rural</p>
Jaguaribara	Larges	<p>- Enfrentam dificuldades na construção da autonomia e independência financeira pela ausência de atividades econômicas para fomento da geração de renda na comunidade;</p> <p>- Apresentam relatos de violência física vivenciadas pelas mulheres na comunidade;</p> <p>- Enfrentam dificuldades de acesso a água, fator que impossibilita a criação de tilápia, atividade econômica comum na comunidade, sendo a renda atual proveniente de forma majoritária de programas sociais, como o Bolsa Família.</p>	<p>- Direito a melhoria das condições de vida;</p> <p>- Direito de acesso a políticas públicas</p> <p>- Direito a qualidade de vida e a segurança;</p> <p>- Direito a água</p>

Jaguaretama	Alagamar	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentam dificuldades de ordem socioeconômica, principalmente para continuidade da produção de goiaba orgânica irrigada iniciada em 2014, pela ausência de condições para produção, tais como água, assim como assistência técnica e extensão rural; - Enfrentam dificuldades na reconstrução da vida comunitária e de laços sociais impactados pela retirada das famílias da antiga comunidade. Principalmente as mulheres apresentam impactos de ordem não material, tais como a ausência da relação com o rio, os antigos festejos e manifestações religiosas que desenvolviam na antiga comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito ao crédito, assistência técnica e extensão rural; - Direito a melhoria das condições de vida; - Direito a vida comunitária; - Direito a água
Jaguaribe	Sede	<p>No município de Jaguaribe, o processo de identificação e articulação foi realizado com mulheres que participam dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o objetivo de compreender melhor a situação do município, os trabalhos que já são realizados com as mulheres e com as famílias atingidas. Foi identificado que em Jaguaribe o número de famílias atingidas é bem menor do que nos demais municípios já trabalhados, mas que existem sim várias famílias que foram atingidas e deslocadas, sendo que algumas não foram reassentadas no município.</p> <p>Os sindicatos expuseram os trabalhos que já realizam com as mulheres do município, as campanhas de conscientização de direitos das</p>	

		mulheres e contra a violência.	
Jaguaretama	Timbaúba	<ul style="list-style-type: none"> - As mulheres da comunidade possuem como uma das principais atividades econômicas a produção de queijo em pequena quantidade; - Enfrentam dificuldades de comercialização dos produtos produzidos a partir do leite, dificultando a autonomia financeira; - Relatam dificuldades devido ao excesso de trabalho doméstico e na produção do queijo, dificultando o acesso a espaços de lazer e sociabilidade. - Enfrentam dificuldades no acesso a água para consumo e produção, sendo abastecimentos por carros pipa e relatam que há anos não conseguem realizar uma produção agrícola mínima, devido à estiagem prolongada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a cultura e lazer; - Direito a condições de produção; - Direito a assistência técnica e extensão rural; - Direito à água;
Jaguaretama	Pedra e Cal	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentam dificuldades de ordem socioeconômica, devido a ausência de atividades de fomento a geração de renda na comunidade; - Enfrentam dificuldades no acesso a água, sendo abastecida por carro pipa há anos, o que por sua vez dificulta o desenvolvimento de atividades agropecuárias; - O reassentamento dispõe de uma Escola do Campo, que vem enfrentando dificuldades devido à falta de água na comunidade. A escola abriga aproximadamente 900 alunos e vem enfrentando dificuldades para desenvolver suas atividades básicas. - Enfrentam dificuldades quanto ao acesso ao direito de ir e vir, principalmente no período 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a melhoria das condições de vida; - Direito a condições de produção; - Direito a água; - Direito a Educação; - Direito de acesso a políticas públicas

		chuvoso, o acesso da comunidade a outros locais é consideravelmente precário.	
Jaguaribara	Curupati-Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentam dificuldades quanto a inserção na produção irrigada de frutas, atividade predominantemente ocupada pelos homens na comunidade; - Apresentam a necessidade de fomento a uma atividade de geração de renda específica para as mulheres, relatando a possibilidade de agroindústria de beneficiamento das frutas produzidas na comunidade, assim como fomento a atividades não agrícolas (produções de bolos e pães e corte e costura). 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito ao crédito, assistência técnica e extensão rural; - Direito a melhoria das condições de vida; - Direito de acesso a políticas públicas
Jaguaribara	Rua do Serrote, Desterro, Casa Nova, Comunidade Muluguzinho.	- Enfrentam dificuldades de ordem socioeconômica, refletidos na dificuldade de construir autonomia e independência financeira.	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a autonomia; - Direito a melhoria das condições de vida; - Direito a condições de produção; - Direito de acesso a políticas públicas.
Jaguaribara	Mineiro	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentam dificuldades de reestruturação da vida comunitária, fortemente impactada após a construção da Barragem Castanhão, principalmente no que tange o aumento populacional da comunidade. - Enfrentam dificuldades quanto a reestruturação produtiva, principalmente no que tange a retomada nas atividades de pesca, antiga principal fonte de renda da comunidade e que após a obra passou a ser impactada, pois os pescadores artesanais da comunidade não dispunham de recursos tecnológicos de infraestrutura, como barcos, canoas e redes 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a vida comunitária e a qualidade de vida; - Direito as condições de produção; - Direito a melhoria das condições de vida.

		que após a obra passou a ser necessário para o desenvolvimento da atividade de pesca.	
Jaguaretama	Alegre	<ul style="list-style-type: none"> - As mulheres apresentam relatos de dificuldades, principalmente no que tange o acesso a políticas públicas; - Apresentam dificuldades de ordem socioeconômica, sendo a maioria dependente de programas e benefícios sociais, isto é, carece de projetos de fomento a geração de renda; 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito de acesso a políticas públicas; - Direito as condições de produção; - Direito ao crédito, assistência técnica e extensão rural.

No trabalho realizado e na síntese organizada nesse quadro as mulheres apontam diversos tipos de violações e negações de direitos nas comunidades, assentamentos e reassentamentos atingidos por barragens e obras hídricas e de infraestrutura. Apresentam a partir da realidade vivida, questões que impactam diretamente os seus modos de vida, o não acesso aos direitos constitucionais e os direitos da pessoa humana.

No entanto, é importante ressaltar que no diagnóstico, não apareceram as temáticas específicas como exemplo, participação nos processos de decisões sobre as obras, participação política das mulheres nas lutas do movimento; as temáticas como violência doméstica e proteção destas mulheres, direito à aposentadoria especial como agricultoras, etc. A ênfase da pesquisa foi a percepção das mulheres sobre principais violações e as suas reivindicações enquanto mulher atingida. Esse segundo aspecto é que descrevo no item a seguir.

4.3. Alternativas que visam à garantia de direitos igualitários, às mulheres neste contexto de desigualdades

A partir dos relatos das mulheres atingidas é possível constatar que:

- A construção, implantação e operação de barragens e obras hídricas ocasiona a comum destruição da identidade local e regional das comunidades, cidades e regiões impactadas, em especial das comunidades rurais que já apresentam um grau de vulnerabilidade social acentuado;
- A construção, implantação e operação de barragens e obras hídricas afetam de

forma geral o modo de vida local do ponto de vista social e econômico, alterando de forma acentuada as dinâmicas de reprodução da vida das comunidades, a dinâmica produtiva (nas mais variadas atividades produtivas desenvolvidas), e afetam de forma drástica a vida das mulheres, principalmente pelo desmantelamento da vida comunitária e dos laços sociais, pela negação de direitos básicos e que estão diretamente ligados à vida doméstica, tais como acesso a água, a saúde, educação e produção;

- Ainda nos impactos na vida das mulheres, é possível perceber aumento no nível de violência nos espaços públicos e privados, acentuado aumento da vulnerabilidade dos jovens ao consumo de drogas, fator que implica diretamente no impacto psicológico as mães e famílias, potencializando a desestruturação social das comunidades aqui citadas;
- É possível constatar que as regiões de implantação das obras aqui citadas são regiões com nível de desenvolvimento econômico baixo, em sua maioria municípios consideravelmente pobres. Tomando como base as comunidades envolvidas no diagnóstico, é possível perceber que as obras hídricas não necessariamente contribuem para o desenvolvimento da economia das regiões impactadas. Ao contrário, é possível perceber aumento do grau de vulnerabilidade das famílias atingidas, que passam a ter dificuldades consideráveis para reconstrução da dinâmica sócio produtiva. A maioria é diretamente dependente de programas e benefícios sociais, o que por sua vez dificulta a construção da autonomia financeira das mulheres;
- Identifica - se que a população mais atingida é aquela que vivem da agricultura camponesa e familiar para a sobrevivência. Esses sujeitos sociais já sofrem impactos diretos pela ausência de políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades. O processo de construção das barragens e obras hídricas acaba por destruir tais atividades econômicas locais como agricultura, pesca artesanal, entre outras.
- Constatamos que as regiões de atuação do projeto apresentam uma uniformidade na questão da exclusão ao acesso a água. Embora as áreas aqui citadas sejam

regiões afetadas diretamente devido à construção de obras hídricas, é possível perceber a inexistência de um planejamento de integração das comunidades rurais aos benefícios potencialmente trazidos pelas obras. Verifica-se que as populações atingidas em sua maioria apresentam dificuldade na obtenção do direito ao acesso a água para consumo e produção, ficando dependentes de carros pipa. Esse elemento prejudica em especial a qualidade de vida das mulheres por estar ligado ao desenvolvimento de todas as atividades domésticas comumente associadas a elas, tais como cozinhar, lavar, cuidado com os filhos e outros.

- Constata - se que as famílias atingidas por barragens e nesse caso as mulheres atingidas por obras hídricas vivenciam uma realidade socioambiental em sua maioria rural e por isso já vivenciam situações de exclusão social, existentes devido às disparidades de acesso a políticas e benefícios entre campo e cidade. No caso das mulheres camponesas, as mesmas vivenciam além das discrepâncias entre campo e cidade, as também diferenças entre homens e mulheres, isto é, aumenta-se ainda mais o grau de injustiças sociais e de trabalho em que são submetidas. Considerando esses elementos é possível dizer que as mulheres atingidas, enquanto sujeitos que já vivenciam opressões ligadas a divisão sexual do trabalho e da divisão e disparidades campo e cidade, também passam a ser parte de uma nova categoria social, os impactados com as obras, que mesmo já com poucas condições de sobrevivência e de reprodução da vida, passam a um grau superior de vulnerabilidade ao perderem suas casas, moradias e modos de vida, cultura e sociabilidade;
- É possível identificar acentuada precariedade no acesso aos direitos humanos básicos, tais como Educação e Saúde, visíveis nos variados relatos de grau de analfabetismo nas comunidades, de ausência de equipamentos de manutenção social, como escolas, postos de saúde, atendimento inadequado.

Os direitos mais comumente relatados como negados e/ou violados no diagnóstico desenvolvido são:

- I. Direito a terra
- II. Direito a saúde

- III. Direito a educação
- IV. Direito a água
- V. Direito a energia
- VI. Direito a melhoria das condições de vida
- VII. Direito as condições de produção
- VIII. Direito a segurança e qualidade de vida
- IX. Direito ao crédito, a assistência técnica e extensão rural
- X. Direito a cultura e lazer
- XI. Direito a participação política e ao discurso
- XII. Direito a vida comunitária

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil com o potencial hídrico único em todo mundo, apresenta alto nível de desenvolvimento do ponto de vista tecnológico no que diz respeito à construção de barragens. Mas como já citado em todo o percurso do presente trabalho e fundamentado no diagnóstico aqui relatado, há a existência de uma dívida histórica no país para com as populações atingidas por esses grandes empreendimentos.

O Estado do Ceará, pioneiro nas políticas de gestão dos recursos hídricos não está fora desse cenário. O trabalho de pesquisa realizado com uma parcela das populações atingidas contribui no sentido de fomentar a discussão e o reconhecimento da existência dos sujeitos sociais impactados por essas obras, que nesse entendimento não se resume às famílias que sofreram ou sofrem com o deslocamento, mas também a toda a população que tem suas dinâmicas de vida alteradas e influenciadas a partir da construção de barragens e obras hídricas. Além disso, os impactos ocasionados não se iniciam somente com a operação do empreendimento, mas antecedem inclusive a sua construção, com a negação do direito à informação e a participação nas decisões e negociações, caracterizando assim *os “ameaçados por barragens”*.

Com a presente fundamentação na realização do presente diagnóstico participativo com 223 mulheres de 5 municípios atingidos por barragens e obras hídricas pretendeu-se fomentar propostas de reparação e compensação aos danos sociais e econômicos de tais obras na vida das famílias atingidas, em especial das mulheres que

vivenciam grau de vulnerabilidade maior nesses processos, assim como fortalecer a discussão em torno da construção de instrumentos legais, tais como uma Política Estadual de direitos dessas populações e o fortalecimento de políticas públicas destinadas a esse público específico.

REFERENCIAS

ANDRIOLI, Liciane e NADALLETI, Cristiane. A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil. **Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois**, 2013.

ARAÚJO. Christianne Evaristo. **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Questão Ambiental e a Participação Política**. 32, 34.p Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará 2006.

AGOSÍN, Marjorie. *Tapestries of Hope, Threads of Love – the Arpillera Movement in Chile 1974-1994*. Rowman & Littlefield Publishers. Ed. 2. EUA. 2008.

AZEVEDO, Ana Carolina de Oliveira; FERNANDES, Rômulo Magalhães. **O Direito à participação social no processo de negociação dos atingidos por barragens no Brasil**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *In: Simpósio de Ciências Sociais (5.: 2016.: Belo Horizonte, MG). P816s V Simpósio do Instituto de Ciências Sociais: meio ambiente e direito à vida: premências, sentidos e práticas / Organização de Rachel de Castro Almeida ... [et al.] Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2016. [E-book].* 552 p.
Disponível:<http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQU I20161007141638.pdf>. Acesso em 10 de maio 2018.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. DECRETO Nº 7.342, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010. **Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7342.htm>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

BRAZ, Milena Marcintha Alves. **Águas para o Ceará: experiências de trabalhadores a partir da Construção do complexo Castanhão**. 192 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BEZERRA, Tatiane Paulino. **AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS: O CASO DA HIDRELETRICA DE ITÁ-RS**. Monografia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos. <https://portal.cogerh.com.br/ficha-tecnica-dos-acudes-158/>> Acesso em 08 de Janeiro de 2021.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Mulheres, água e energia não são mercadorias: Coletivas das mulheres do MAB e a organização de oficinas para confecção de *arpilleras* como instrumento de resistência das populações atingidas. **Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens**, 2016.

FREIRE, Ralyanara. Bordando transgressões, *arpillera* e a luta de mulheres contra Belo Monte. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**. V. 1, n. 1, p.68-74, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Editora Elefante. 2017.

FERNANDES, Beatriz Rodrigues. **ARPILLERAS E FEMINISMO RESSIGNIFICAÇÕES DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará como requerimento parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Fortaleza, 2018.

FERREIRA, Janaíra Sousa. **“DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E IMPLICAÇÕES AO PROCESSO DE SUBALTERNIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO”** P 03, Artigo. Universidade Estadual da Paraíba 2016.

GONÇALVES, Dorival Junior. **“Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle dos Excedentes”**. 416 f. Tese (Doutorado) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, 2007.

HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. *Justiça e cidadania*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.

LIMA, Roberto Cunha Alves de. **Um rio são muitos**. (tese de doutorado) apresentada ao PPGAS da UnB, Brasília: 2002.

LEMOS, Juliana Vasconcelos Maia. **Água: Direito Humano e Mercadoria, Análise do Ciclo Hidronormativo do Canal do Sertão Alagoano**. 2013. 227 f. Dissertação (Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro**. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Dossie+++Ditadura+contra+as+populacoes/5634>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro**. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Dossie+++Ditadura+contra+as+populacoes/5634>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Final da década de 70: os primeiros passos.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **A violação de direitos humanos na construção de barragens.** Síntese do Relatório Comissão Especial de Atingidos por Barragens – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. São Paulo, 2011.

MAB. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/cartilha_politica_direitos_2013_web.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Seca no Nordeste, um problema de desigualdade.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/seca-no-nordeste-um-problema-desigualdade>>. Acesso em 13 de março 2020.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Mulheres atingidas por barragens - mudanças no modo de vida.** 2010. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/materiais/mulheres_atingidas.pdf.

MAB. **Começa o Encontro Nacional das Mulheres do MAB.** 2011a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/come-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>> acessado em 30 out. 2017.

MAB. **A criação das comissões regionais de atingidos.** 2011c. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>> acessado em 15 de março. 2020.

MAB. **Atingidas por barragens participam de oficina de Arpillera na Argentina.** 2013.

Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidas-por-barragens-participamoficina-arpillera-na-argentina-0>> acessado em 24 out. 2020.

MAB. **Arpilleras: a costura como ferramenta política.** 2015. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/arpilleras-costura-como-ferramenta-pol-tica>> acessado em 24 out. 2020.

MAB. **Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB.** 2011b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheresdo-mab>> acessado em 30 de out. 2017.

MAB. EXPOSIÇÃO *Arpilleras* – bordando a resistência. Catálogo. **Memorial da América Latina,** São Paulo, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/mabnacional/docs/cat__logo_mab_arpilleras_bordando__> acessado em: 27 out. 2017

MAB. **Ideias centrais do Oitavo Encontro Nacional do MAB.** 2017. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ideias-centrais-do-oitavo-encontro-nacional-domab>> acessado em 24 nov. 2020.

MAB. Atingidas por barragens: Costurando os direitos humanos. In: Catálogo – **Arpilleras: Bordando a Resistência**. São Paulo, 2015c.

MAB. **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular**. Cartilha. São Paulo, 2015a.

OLIVEIRA, Sara Brigido. **Das Promessas às Violações de Direitos Humanos: Um Estudo de Caso Sobre O “Complexo do Castanhão” e a Luta do Movimento dos Atingidos por Barragens no Ceará**. 37 e 38.P Monografia (Curso de Direito) Universidade Estadual de Feira de Santana 2018.

SEFERIN, Rodrigo Timm. **Direitos Humanos e Política Energética: Um Estudo Sobre o Caso da Hidrelétrica São Roque**. 2017. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes, mito e realidade**. 3 ed. Expressão Popular. São Paulo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho** / Heleieth I.B. Saffioti. --Sao Paulo: Moderna, 1987.

SARDENBERG, Cecilia. Pedagogias Feministas: uma introdução. **Caderno de textos Gênero e Trabalho**. Vanin e Gonçalves (org.). Salvador, REDOR, p. 45-57, 2006.

SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. **Experiências em Pedagogia Feminista**. SOS Corpo, Recife, p. 8-27, 2010.

SANTOS, Giselle Cristina. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. **Revista Gênero**, v. 16, n. 2, p. 7 – 32, Niterói, 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

VIANNA, Aurélio. O movimento de atingidos por barragens e a questão ambiental. **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 5-8, 1990.

VIANNA, Aurélio; LEROY, Jean-Pierre e TAVARES, Ricardo. Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 54-57, 1990.

VAINER, Carlos B. Águas para vida não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, Henri 2005;

VIEIRA, Cleidiane Santos. **Complexo Hidroelétrico do Tapajós: O Discurso desenvolvimentista do Governo Federal nos Produtos de Comunicação da Dialogo Tapajós**. 84. f. Monografia (Curso de Comunicação Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

WEIMANN, Guilherme. “**Na Guerra das barragens, o bordado virou arma política**”. Brasil de Fato, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/32097/>> acessado em 26 out. 2019.

ANEXOS

Anexo 1 Questionário aplicado por meio de escuta qualificada nas reuniões coletivas com os grupos identificados:

QUADRO DE INFORMAÇÕES PARA RELATÓRIO DE REUNIÕES	
Comunidade:	Qnt de famílias:
Informações gerais da comunidade:	
Informações da reunião:	
O que foi discutido na reunião:	
Qnt de pessoas na reunião:	
Principais violações de direitos enfrentados pelas mulheres na comunidade:	
Principais demandas/reivindicações das mulheres na comunidade:	
Informações adicionais:	